

PDT pede rigor fiscal para combater crise

BRASÍLIA — O rigor fiscal, traduzido na cobrança de mais impostos e na eliminação de subsídios e incentivos, apesar de toda sua carga de impopularidade, foi recomendado ontem ao governo por ninguém menos que o deputado César Maia, principal conselheiro para assuntos econômicos do ex-governador e candidato à Presidência da República, Leonel Brizola.

O parlamentar convocou uma entrevista no Congresso para denunciar a "insensatez" do governo em manter-se imóvel diante de uma crise fiscal que deverá consolidar, ainda em junho, um déficit público da ordem de 10% do PIB — Produto Interno Bruto — e anunciou a disposição do PDT e de seu candidato, de apoiarem, na tribuna ou no palanque, qualquer medida do governo para conter a sangria do dinheiro público.

Maia, que esteve na Argentina há 15 dias e chegou sábado de uma viagem a Londres, Madrid e Lisboa, declarou-se "em pânico" com a constatação de que as finanças públicas brasileiras revelam um perfil cada vez mais semelhante "àquele que ajudou a desencadear o estouro da economia argentina". Apesar de o governo estar agindo no sentido de esconder da sociedade o estado de suas contas — o que o parlamentar classifica como "uma irresponsabilidade" — o PDT teve acesso a informações privilegiadas, que Maia decidiu divulgar "como uma forma de pressionar o governo a deixar o imobilismo".

Fracassos — O parlamentar relacionou oito fracassos fiscais do governo, "que encomendam um déficit de 10% do PIB", o que representa um rombo nas finanças públicas de US\$ 35 bilhões. São as seguintes as perdas listadas por César Maia:

Imposto de Renda — O governo perde por não ter aplicado a correção monetária sobre o imposto de renda devido pela pessoa física.

Ganhos de capital — Estão correndo várias ações na Justiça contra a cobrança do imposto sobre ganhos de capital. O grave, segundo o deputado, é que a fundamentação dessas ações está sendo feita sobre um parecer do consultor geral da República, Saulo Ramos, publicado extemporaneamente pela imprensa. No rodapé deste parecer, Saulo Ramos alinha uma série de argumentos contrários à cobrança do tributo. César Maia pede a exoneração do consultor, por "infidelidade ao poder a que serve". O deputado tem informações de que o governo perderá US\$ 1 bilhão, caso a Justiça dê ganho de causa aos contribuintes.

Lucro — A Contribuição Social sobre o Lucro foi criada pelo governo no final do ano passado, e tem a sua cobrança no exercício de 1989 também questionada na Justiça. Os empresários argumentam que pelo princípio da anterioridade o tributo só poderia ser cobrado em 1990. A tendência é a Justiça dar ganho de causa aos contribuintes. O governo deixará de recolher algo em torno de US\$ 800 milhões.

Imposto do BB — O Banco do Brasil

Brasília — Gilberto Alves



César Maia: "Em pânico"

é o terceiro maior contribuinte da Receita Federal. A entidade, no entanto, não recolherá qualquer imposto até 1994, por uma decisão do governo de compensar, por esta medida, a perda que o banco sofreu pela ausência de correção monetária sobre os empréstimos ao setor rural. O perdão da correção dos empréstimos foi ditada por uma medida provisória do Executivo e representou para o Banco um prejuízo de US\$ 2,5 milhões.

IR na fonte — Ao reduzir a cobrança do imposto de renda na fonte, o governo vai arrecadar menos no primeiro semestre e não terá qualquer recompensa nos últimos meses do ano, já que estará pagando as restituições de 1988.

Restituição — O governo paga agora a última e mais cara parcela da restituição de 1986.

IPI sobre automóveis — O governo reduziu a alíquota do IPI sobre automóveis.

Incentivo ao esporte — O Congresso abriu mais uma porta para a evasão fiscal ao criar incentivos fiscais para o esporte.

Para compensar esta perda de recursos, o PDT propõe que o governo baixe um pacote fiscal suspendendo todos os incentivos e subsídios fiscais, criando a terceira faixa para o imposto de renda da pessoa física, antecipando para este ano a contribuição sobre lucros de 1990, além de outras medidas que possam "ser de agrado do Executivo", diz o deputado.

Maia garante que não só o PDT como todos os demais partidos "aprovarão este pacote rapidinho, porque ninguém é doido de se opor a medidas de rigor fiscal, capazes de controlar uma crise econômica, que, do contrário, atingirá proporções incontroláveis seis meses antes das eleições", afirmou.